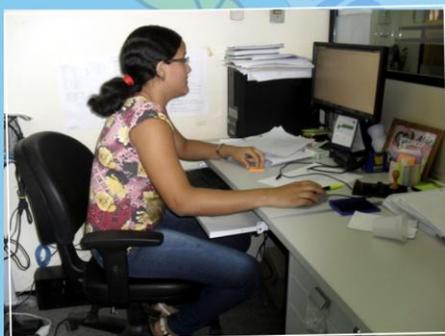




MANUAL ALUNO CIDADÃO



JUS ET PAX



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E
JUVENTUDE
GRUPO TÉCNICO INTERDISCIPLINAR - GTI

Belém

2014

ORGANIZAÇÃO

Procuradoria Geral de Justiça

Procurador Geral de Justiça Marcos Antônio Ferreira das Neves

Supervisão Administrativa dos Centros de Apoio Operacional

Promotora de Justiça Fabia de Melo-Fournier

Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

Promotora de Justiça Mônica Rei Moreira Freire

ELABORAÇÃO

Grupo Técnico Interdisciplinar/Pedagogas

Danielly Laurentino Damasio

Diana Barbosa Gomes Braga

COLABORAÇÃO

Iracema Jandira Oliveira da Silva - Psicóloga

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	05
2 A ESCOLA: LUGAR A QUE PERTENÇO	06
3 O MINISTÉRIO PÚBLICO: FINALIDADES DO ESTÁGIO CIDADÃO	08
4 ALUNO CIDADÃO: ATUAÇÃO NO CONSELHO ESCOLAR	11
5 PROCESSO DE OBSERVAÇÃO	12
6 REFERÊNCIAS.....	15
7 ANEXOS	16

1. APRESENTAÇÃO

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da Procuradoria Geral de Justiça e do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, visando complementar sua Cartilha **Conselho Escolar: Atuação Cidadã dos Estagiários de Ensino Médio do MPE** e subsidiar a atuação do Estagiário nos Conselhos Escolares elaborou o presente Manual.

A participação do educando nos Conselhos Escolares vem ao encontro da busca por uma formação cidadã, consciente, ética e responsável, pressupostos estes presentes nos objetivos do *Programa de Estagiário de Ensino Médio do Ministério Público do Estado do Pará*.

Proporcionar ao jovem um maior engajamento, com participação ativa, vislumbra o protagonismo juvenil na consolidação da Gestão Democrática, onde junto com seus pares poderá se articular na busca por uma educação de qualidade, reivindicando seus direitos e colaborando com a discussão dos rumos que serão dados às instâncias presentes no ambiente escolar, sejam pedagógicas, administrativas ou financeiras.

O fortalecimento da parceria entre o Ministério Público e a escola ganha novas proporções quando além de proporcionar o Estágio, possibilita que o aluno acompanhe a política pública educacional, a execução e a atuação dos Conselhos Escolares, em busca da consolidação de uma formação cidadã.

2. A ESCOLA: LUGAR A QUE PERTENÇO

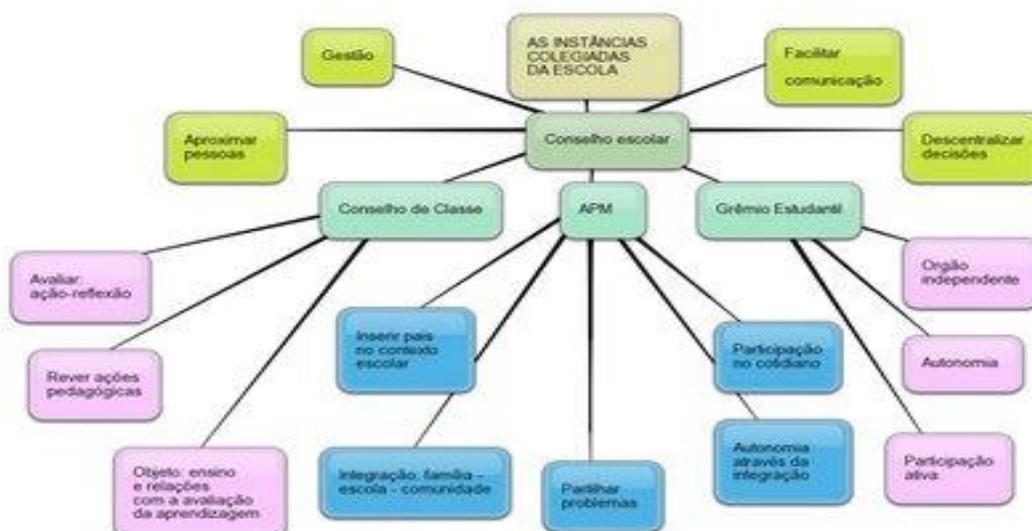
“Afiml, minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História”. Paulo Freire

Ao iniciarmos a discussão sobre a atuação do aluno estagiário do MP, enquanto sujeito participativo no acompanhamento do Conselho Escolar, o convidamos para realizar a reflexão acerca da realidade da escola em que está matriculado.

Como ela é? Qual a história dela? Em que bairro está situada? Qual o público alvo? Como está a infraestrutura? O quadro de professores é completo? Eles têm Pós-Graduação? Sua família participa da escola? Há acompanhamento da frequência? A merenda é servida diariamente? Há conservação do patrimônio escolar? Há quanto tempo você estuda nela? Quantas horas do seu dia você permanece na instituição de ensino?

Após levá-lo a esses questionamentos, gostaríamos de saber se você considera que o que foi perguntado implica no rendimento e no seu desempenho escolar? Se a sua resposta foi sim, precisamos ajudá-lo a entender melhor os mecanismos da escola e mostrar os diversos caminhos através dos quais que você pode contribuir.

A escola, como espaço de múltiplos atores, possui diversas instâncias colegiadas, tais como o Conselho Escolar, o Conselho de Classe, os Grêmios Estudantis e as Associações de Pais e Mestres. O esquema a seguir servirá para uma melhor visualização dessas instâncias.



Os Conselhos Escolares, como órgãos colegiados norteados pela Gestão Democrática, composto por professores, pais, alunos, funcionários da escola, técnicos e Diretor, objetiva a descentralização das decisões por meio da participação, assim como o estímulo ao diálogo, aproximando os atores envolvidos no contexto educacional e facilitando o processo de troca de informações, num ambiente propício à comunicação na busca pela efetividade da educação com qualidade.

Por sua vez, os Conselhos de Classe, composto por docentes, tem como finalidade discutir sobre questões relacionadas aos alunos, turmas, diagnosticando problemas e buscando soluções para resoluções efetivas.

O cerne desse conselho será a prática pedagógica, assim como também os encaminhamentos necessários a práxis educativa, notas/conceitos. Também neste espaço é discutido o comportamento de seus educandos.

Já os Grêmios Estudantis reúnem a categoria dos alunos. São órgãos autônomos e têm como objetivo a representação dos estudantes, na busca da defesa dos seus direitos e interesses. Representam um espaço de discussão coletiva, por meio dos quais é proporcionado aprendizado e suscita a cidadania e a interação entre seus pares.

Por fim, a Associação de Pais e Mestres, através de uma atuação autônoma, tem como função principal atuar em conjunto com o Conselho Escolar, participando das decisões nas três instâncias de competência deste. Possui a finalidade de aprimorar o processo educacional, com a inserção dos pais no contexto escolar, integrando família-escola-comunidade, partilhando problemas do cotidiano educacional e encaminhando soluções para minimizá-los.

As instâncias aqui abordadas representam como a Gestão Democrática e Participativa pode estar presente dentro do ambiente escolar.

A Escola Pública, como patrimônio de nossa sociedade, é um espaço de formação de cidadãos e deve zelar pela congregação de esforços para uma educação de qualidade. Cada pessoa envolvida neste processo tem sua parcela de contribuição e, em conjunto, pode definir democraticamente os rumos para alcançar melhores indicadores educacionais, pois não basta garantir acesso, deve-se promover a sua permanência com sucesso e um aprendizado que possibilite a inserção no mercado de trabalho.

Após essa breve discussão, iremos nos ater sobre o Ministério Público e à finalidade de seu Estágio Cidadão, bem como abordaremos a participação do estagiário no Conselho Escolar, em uma perspectiva de atuação cidadã. Sendo que a escola é um importante lugar de mudança na vida social do aluno, já que possibilita a aquisição de conhecimentos, o compromisso intelectual, desenvolve o senso ético e permite o exercício da cidadania.

3. O MINISTÉRIO PÚBLICO: FINALIDADES DO ESTÁGIO CIDADÃO

Agora iremos falar um pouco sobre o Estágio de Ensino Médio no Ministério Público do Estado, sua consolidação, delineamento e seus objetivos, no intuito de elucidar como surgiu os anseios pela inserção destes como participantes nos Conselhos Escolares.

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio da Procuradoria Geral de Justiça e do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, com base na missão instituída pela Constituição Federal de 1988, é um *agente da vontade política transformadora*, e desse modo, instituiu o Programa de Estagiário de Ensino Médio, através da Resolução nº 016/2013- CPJ, de 11 de setembro de 2013, publicação no IOEPA ed. Nº 32.481 de 16/09/13, e do Termo de Cooperação Técnica nº 003/2013, com a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).

A Resolução nº 016/2013-CPJ organiza e consolida o Projeto elaborado, trazendo o delineamento para sua efetivação.

O Estágio caracteriza-se pela não-obrigatoriedade, e é destinado aos alunos de quaisquer séries do Ensino Médio, até o período de dois anos, com jornada diária de quatro horas, não excedendo a vinte horas semanais. Ao estagiário do órgão será permitida a dispensa de suas atividades nos períodos de avaliação escolar.

Quanto à seleção, são seguidos os seguintes critérios: Os alunos registram-se em suas próprias escolas, devendo ter, no mínimo, a média 7 em todas as disciplinas cursadas; As escolas encaminham os candidatos para o Ministério Público, que realiza a seleção com base na apreciação do currículo escolar, análise de uma redação e entrevista. Após aprovação os estagiários atuam nas diversas regiões administrativas onde existem

Unidades do Ministério Público, atualmente são: Baixo Amazonas, Belém II, Marajó II, Nordeste I, Nordeste II e Nordeste III, abrangendo um total de 61 municípios, com previsão de ampliação para todo o Estado.

Importante frisar que o estágio *visa ao aprendizado de cunho social, profissional e cultural, objetivando desenvolver o educando para vida cidadã e para o trabalho.*

Cabe aqui enfatizar os objetivos a que se propõe este Programa, através da exposição do Plano de Atividades do Estágio Não Obrigatório do Ensino Médio, sendo estes:

- *Estimular no estudante/estagiário o desejo de trabalhar pela construção de uma sociedade livre, igualitária e democrática, governada pelo Estado de Direito;*
- *Construir, com o estudante, o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, estimulando-o a aquisição de saberes sobre os Direitos Humanos e da Cidadania;*
- *Contribuir para a formação de comportamento ético do estudante;*
- *Fomentar nestes jovens o entendimento, a tolerância e a amizade para com a diversidade cultural, étnica, de gênero, sexual, religiosa e linguística;*
- *Contribuir para o desenvolvimento da personalidade e da dignidade humana;*
- *Contribuir para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao mundo do trabalho que oportunizem concebê-lo como ato educativo;*
- *Estimular o espírito proativo no jovem, principalmente na resolução de problemas que envolvam a comunidade escolar.*
- *Fomentar o desenvolvimento de habilidades e atitudes necessárias para a vida cidadã e para o mundo do trabalho;*
- *Complementar o processo de ensino e aprendizagem;*
- *Incentivar a busca de aprimoramento pessoal e profissional;*
- *Possibilitar o desenvolvimento de potencialidades individuais;*
- *Incentivar atitudes empreendedoras em que se utilizem modelos de gestão, metodologias e técnicas científicas;*

- *Proporcionar aos estudantes a aplicação no mundo do trabalho dos conhecimentos adquiridos na vida escolar;*
- *Fomentar a aprendizagem e o desenvolvimento de competências próprias à atividade profissional e à contextualização curricular;*
- *E ao final, ajudar a construir no jovem o desejo de promoção e manutenção da paz entre todos.*

Com base nos objetivos acima expostos, podemos observar que o Programa de Estágio pretende formar alunos cidadãos, tornando-os pessoas capazes de refletir sobre suas ações com maior consciência do seu papel no âmbito educacional, como sujeitos de uma sociedade democrática, exercendo também na escola sua cidadania com direitos e deveres.

Isto posto, vislumbrando a consolidação desta formação cidadã, o Ministério Público do Estado do Pará idealizou a inclusão deste jovem como participante do Conselho Escolar, ampliando a possibilidade de uma formação plena do educando.

Tendo em vista que os Conselhos Escolares são espaços democráticos dentro da instituição de ensino, que congregam todos envolvidos no processo educativo em um diálogo constante sobre os direcionamentos que a escola adota, consideramos as diversas instâncias, as quais este órgão colegiado trabalha de forma pedagógica, administrativa e financeira na busca por uma educação de qualidade.

Somos parceiros da sociedade e da educação ao tornar esse aluno um sujeito consciente de sua cidadania, com base na ética e numa atitude de mudança frente à realidade educacional. O que demanda consciência, mediação de conflitos, superação do olhar individual para ações coletivas, conhecimento de mecanismos de controle e defesa de direitos. Sendo assim, abordaremos no próximo tópico como este aluno poderá atuar no ambiente escolar, tanto como participante quanto como membro do Conselho Escolar.

4. ALUNO CIDADÃO: ATUAÇÃO NO CONSELHO ESCOLAR

A percepção de como funciona o Conselho Escolar em sua escola o conduzirá a uma atuação mais efetiva em meio ao CE. Desse modo, sugerimos que se informe na escola quem faz parte da composição do CE.

Por ter maior facilidade de acesso ao colega que também estuda na mesma escola e, assim como você, deseja que a educação na instituição seja de qualidade, sugerimos que seu primeiro contato seja com aquele que representa a categoria de discentes. Junto a ele verifique como está o conselho e informe que gostaria de contribuir participando das reuniões. Nos encontros, lembre-se que você tem direito a voz e não tem direito a voto.

Caso tenha interesse em participar como membro, você poderá candidatar-se ao cargo no Conselho Escolar, como o representante dos alunos neste colegiado, mas é preciso aguardar o período das eleições e ser escolhido pelos demais alunos da escola.

Estimule outros colegas a participar das reuniões, pois é dever de todos construir uma sociedade livre, igualitária e democrática.

Sugira junto ao CE que as temáticas relativas aos direitos humanos e liberdades fundamentais sejam discutidas na escola, inclusive, convide o Promotor de Justiça para visitá-la e, se possível, realizar junto à comunidade palestras que abordem a temática.

Contribua com ações que fomente a formação de comportamento ético do estudante, o cuidado com o patrimônio público, a discussão sobre a ordem e a limpeza da escola.

Verifique se o Conselho Escolar e os Conselhos de classe dialogam e se estão atentos às situações de tolerância a diversidade cultural, étnica, de gênero, sexual, religiosa e linguística.

Contribua com um maior envolvimento da comunidade, convide pais e responsáveis para participar das reuniões de turmas, das atividades e festividades escolares.

Discuta junto ao CE quais atividades e programas na formação do aluno contribuem para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao mundo do trabalho.

Uma nova escola só pode nascer da instituição existente. Colaborar para que a escola tenha a imagem de superação, uma história de sucesso e positiva.

É no fazer cotidiano da escola que se forma o cidadão, não são coisas separadas.

A contrapartida do estagiário do MP, cuja responsabilidade não pode se eximir, é na escola estimular a preservação do ambiente de ensino, o senso de responsabilidade, a autonomia, levar à comunidade a reflexão sobre certas situações de seu tempo presente e de seu cotidiano.

5. PROCESSO DE OBSERVAÇÃO – Diagnose, ficha de acompanhamento e redação

Após a inserção dos estagiários no Conselho Escolar, quer seja como participante ou como membro, devidamente eleito por seus pares, ele será orientado a participar das reuniões colegiadas e registrar suas impressões sobre a atuação do Conselho em sua escola.

Para melhor subsidiar sua observação delinearemos um passo a passo, assim como uma Ficha de Diagnóstico e uma Ficha de Acompanhamento das atividades do Conselho Escolar, sendo que ao final do estágio, você deverá elaborar uma Redação com o tema “**Contribuição do estágio para sua formação como aluno cidadão**”, a qual deverá ser encaminhada ao Promotor de sua Comarca e este a direcionará ao Centro de Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e ao Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOIJ).

Quanto às fichas de diagnóstico e de acompanhamento, ambas devem ser entregues ao Promotor da Comarca. A primeira, logo que tiver este material em mãos, a segunda no decorrer das participações nas reuniões do CE. Com estes documentos, o Promotor além de tomar conhecimentos da realidade da escola, pode intervir, se for necessário, nos problemas mais graves.

Para sua atuação no CE, deverá seguir os seguintes passos:

1º PASSO: Dirija-se à Direção da sua Escola, informe que é estagiário do Ministério Público e exponha seu interesse em participar das reuniões do Conselho Escolar; Comunique que gostaria de participar do CE

como um colaborador (Lembre-se que na condição de participante só há direito a voz, não pode votar);

2º PASSO: Informe-se sobre a composição do Conselho Escolar (Quem são os participantes?);

3º PASSO: Ao identificar o representante dos discentes, entreviste-o, verifique como ele tem atuado, se é participativo, se suas opiniões são consideradas, se ele consegue fazer a integração dos demais alunos junto ao CE;

4º PASSO: Pergunte quem ocupa o cargo de Diretor, Tesoureiro e Secretário do Conselho Escolar (membros estes eleitos pelo próprio Conselho Escolar); Verifique se existe o Conselho Fiscal do Conselho Escolar e quem são os representantes?

5º PASSO: Pergunte até quando vai à vigência do CE (Quando ocorrerão novas eleições? Quais os procedimentos para que o pleito eleitoral ocorra? Como ocorre o processo de candidatura às vagas de membros nas suas respectivas categorias?);

6º PASSO: Informe-se sobre as datas de reunião do Conselho Escolar; Pergunte qual a periodicidade das reuniões? Como é a forma de convocação? Em quais situações são realizadas? Pergunte se existe ata das reuniões, e se elas existem, peça para vê-las;

7º PASSO: De posse das datas, participe das reuniões e anote suas impressões e observações na Ficha de Acompanhamento, a qual lhe será fornecida (documento em anexo);

8º PASSO: Acerca das Assembleias (Quando ocorreu a última assembleia? Qual foi o motivo da convocação?)

9º PASSO: Informe-se se em sua escola existe Grêmio Estudantil (Em caso positivo, pergunte: Como foi implantado? Quem é ou são seus representantes? E como está sua atuação dentro do Conselho Escolar?)

10º PASSO: Aplique o questionário que se refere à diagnose da sua escola, pois ele o ajudará a entender a realidade atual da sua instituição de ensino. A ficha de diagnose deverá ser utilizada logo após as orientações do Estágio Cidadão. Como é uma ficha de observação, alguns elementos poderão ser imediatamente identificados, o que não for de fácil acesso e para dirimir as dúvidas, deve-se consultar o Diretor, demais membros da escola e do CE.

11º PASSO: A Ficha de Acompanhamento deve ser utilizada como um documento que o ajudará a verificar se os tópicos ali indicados são discutidos nas reuniões do CE. Caso não sejam, procure verificar nesses encontros se os membros do CE têm previsão de quando será discutido. Sugerimos que a participação do aluno cidadão seja de **no mínimo** duas reuniões por ano de estágio. Não esqueça que a ficha de acompanhamento com o registro de suas observações também deve ser enviada ao Promotor de Justiça da sua Comarca de acordo com o número de reuniões que participares.

12º PASSO: Ao encerrar o ano letivo elabore uma Redação sobre a contribuição do estágio para sua formação como aluno cidadão e quais as suas impressões sobre a atuação do Conselho Escolar em sua escola, posteriormente anexe as Fichas de Diagnose e de Acompanhamento das reuniões e encaminhe ao Promotor de Justiça com o qual exerce as atividades de estagiário. Cabe ao Membro do MP direcionar esta documentação para o CEAF e para o CAOIJ.

Sucesso!

REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI Nº 11.947**, DE 16 DE JUNHO DE 2009. . Brasília/Df. 2009.

BRASIL. **Decreto Nº 7.083**, de 27 de Janeiro de 2010. Brasília/Df.2010

Freire, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Resolução Nº 14**, de 9 de Junho de 2014. . Brasília/Df. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Manual Operacional De Educação Integral**. Brasília/Df. 2014.

_____. **Portaria nº 971**, que trata do Programa Ensino Médio Inovador, de 9 de outubro de 2009. Brasília/Df. 2009

_____. **Portaria Normativa Interministerial Nº- 17**, que trata do Programa Mais Educação, de 24 de Abril de 2007.

_____. **Resolução Nº 14**, que trata das atividades da Educação Integral e do funcionamento aos finais de semana, em conformidade com o Programa Mais Educação.

MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Resolução Nº 016**, que institui o estágio de Nível Médio no âmbito do Ministério Público, de 11 de Setembro de 2013. Belém/PA. 2013.

_____. **Termo de Cooperação Nº 003**, que celebram o Estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Educação e o Ministério Público do Estado do Pará, a concessão de estágio aos alunos do Ensino Médio de escolas públicas estaduais, de 29 de Novembro de 2013. Belém/PA. 2013.

_____. **Plano de Atividades Estágio Não Obrigatório do Ensino Médio**, que orienta o estágio dos alunos do Ensino Médio de escolas públicas estaduais no âmbito do Ministério Público. Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude. Belém/PA. 2014.

ANEXOS

FICHA DE OBSERVAÇÃO – DIAGNOSE DA ESCOLA

Esta Ficha permitirá uma observação da situação atual da escola e viabilizará que seja feito um diagnóstico. Após o registro de suas observações, encaminhe uma cópia ao Promotor da Comarca.

I – IDENTIFICAÇÃO DA MINHA ESCOLA	
Nome: _____	
Endereço: _____	Bairro: _____
Telefone: _____	Email: _____
Diretor: _____	
Vice-Diretor/es: _____	
Possui Registro no Conselho Estadual de Educação: _____	
CNPJ do Conselho Escolar: _____	
INFORMAÇÕES GERAIS	
Quais níveis de ensino minha escola abrange (Fundamental/Médio):	
<input type="checkbox"/> Creche <input type="checkbox"/> Educação Infantil <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (anos iniciais 1º ao 5º ano) <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (anos finais 6º ao 9º ano) <input type="checkbox"/> Ensino Médio <input type="checkbox"/> Ensino Técnico <input type="checkbox"/> Ensino para Jovens e Adultos	
Qual o número de salas de aula na escola? _____	
Turnos disponíveis:	
<input type="checkbox"/> Manhã () Intermediário () Tarde () Noite	
Nº de turmas por turno:	
Manhã: _____ Intermediário: _____ Tarde: _____ Noite: _____	
Nº de alunos por turno:	
Manhã: _____ Intermediário: _____ Tarde: _____ Noite: _____	
II - QUANTITATIVO DE SERVIDORES E FUNCIONÁRIOS DA MINHA ESCOLA	
PROFISSIONAIS	QUANTIDADE
Professores	
Coordenadores Pedagógicos	
Apoio Administrativo	
Serviços de limpeza	
Merendeiras	
Agentes de Portaria	
Vigias	
Outros: _____	

Neste tópic chamamos atenção para as perguntas que encontram- se juntas. Faz-se necessário que sua resposta contemple todos os questionamentos, afinal o seu olhar por dentro da instituição de ensino, ajuda o Promotor a ser parceiro da escola e a atuar de forma interventiva em prol do direito à educação.

III - ASPECTOS ADMINISTRATIVOS (ESTRUTURA FÍSICA, CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO, ENTRE OUTROS)			
QUESTIONAMENTOS	SIM	NÃO	OBS:
As salas de aulas possuem forro e pisos? Estão em boas condições? Justifique.			
Existem salas superlotadas? Justifique.			
Existem carteiras suficientes nas salas de aula? Justifique.			
Existem carteiras para destros e canhotos? Justifique.			
As carteiras estão em boas condições? Justifique.			
Os quadros estão em boas condições? Justifique.			
As salas de aula possuem ventiladores em quantidade suficiente? Estão em boas condições? Justifique.			
As salas de aula possuem aparelhos de refrigeração em quantidade suficiente? Estão em boas condições? Justifique.			
As salas de aula e demais espaços da escola possuem boa iluminação? Justifique.			
Existe acessibilidade que permita a inclusão dos portadores de necessidades especiais? (rampas, alargamento de portas, etc). Justifique.			
A escola possui Biblioteca? Justifique.			
O acervo bibliográfico é variado e atual? Você frequenta este espaço? Permite a consulta com facilidade? Justifique.			
Existe algum orientador na Biblioteca? Qual a formação deste profissional? Justifique.			
Há laboratório de informática? Com quantos computadores? Com acesso à internet? Justifique.			
A escola possui salas de recursos multimídia? (Sala de vídeo) Justifique.			
Há laboratório multidisciplinar (ciências, biologia, química, etc.). Justifique.			

A escola dispõe de quadra esportiva? Em quais condições? Justifique.			
A escola dispõe de auditório ou anfiteatros para realização de atividades? Justifique.			
A escola possui de refeitório? Em quais condições? Justifique.			
A área de preparação da merenda escolar é higiênica? Justifique.			
Possui um espaço destinado ao armazenamento dos alimentos? Justifique.			
Os profissionais que atuam na preparação da merenda escolar utilizam vestimenta e acessórios? Justifique.			
O cardápio da escola é variado? (Alimentos variados, frutas, carboidratos e proteína, etc.)? Justifique.			
Você gosta da merenda que é servida? Justifique.			
Existem bebedouros na escola? Em quais condições? A água é potável? Justifique.			
Os utensílios utilizados para beber água e para a merenda são em número suficiente? Estão em quais condições? Justifique.			
Você percebe que a escola apresenta problemas nas instalações elétricas? Justifique.			
Há falta de água na escola? Justifique.			
Existe rede de esgoto que atenda a escola? Justifique.			
Os banheiros estão em boas condições? Quantos banheiros a escola possui? Justifique.			
Os banheiros possuem adaptações para os portadores de necessidades especiais? Justifique.			
A limpeza dos banheiros é realizada periodicamente? Há material de limpeza e de higiene? Justifique.			
A Secretaria da Escola tem número suficiente de pessoas para atendimento? Justifique.			
Os documentos solicitados a Secretaria são emitidos com rapidez e eficiência? Justifique.			
As pessoas são bem atendidas na Secretaria da Escola?			

IV – ASPECTOS PEDAGÓGICOS			
QUESTIONAMENTOS	SIM	NÃO	OBS:
Existem professores em número suficientes?			
Os professores possuem formação em nível superior?			
Existe coordenação pedagógica na escola?			
A coordenação pedagógica é atuante?			
A direção da escola é eleita pelos professores e alunos ou é indicada?			
O número de servidores e funcionários é suficiente para a demanda da escola?			
A Escola possui Conselho Escolar?			
Qual a data de vigência do Conselho?			
A Escola possui Grêmios Estudantil?			
A Escola possui sala de atendimento multifuncional para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais?			
A Escola possui Projeto Político Pedagógico?			
O Projeto Político Pedagógico está disponível para consulta pública?			
Os assuntos abordados em sala de aula estão ligados a sua realidade?			
São realizadas atividades pedagógicas extraclasse?			
Os conteúdos são trabalhados de outras formas que não sejam através de aulas expositivas?			
São utilizados filmes, vídeos, documentários, jogos, entre outros para facilitar o aprendizado?			
Existe orientação profissional em sua escola?			
Os professores discutem democraticamente com os alunos os assuntos a serem trabalhados em sala de aula?			
São realizadas atividades culturais na escola? Quais?			
É incentivada a prática de esportes?			
Você está com dificuldade de aprendizagem e absorção dos conteúdos?			
Você percebe que seus colegas estão com algum tipo de dificuldade de aprendizagem?			
É realizado reforço escolar para os alunos com dificuldades de aprendizagem?			

São realizadas reuniões com os pais e responsáveis com frequência?			
Há interação entre a comunidade e a escola?			
Você costuma ficar sem as aulas? Quais as providências?			
O cronograma de horário de aulas é seguido adequadamente?			
As aulas iniciam e terminam na hora prevista?			
São realizadas atividades que incentivem o hábito da leitura?			
Você participa de algum Programa na sua escola (ex. Mais Educação, etc.)?			
São realizados jogos estudantis na sua escola?			
São realizadas feiras de ciência?			
Os alunos sentem que a escola os valoriza e respeita?			
Há casos de violência entre alunos na escola? (Bullying)			
A escola realiza discussões e orientações sobre temáticas como violência, drogas, entre outras?			
Quando há falta de algum professor, é realizada alguma atividade em substituição?			
A escola realiza capacitação para dos seus profissionais? De que forma? Justifique sua resposta.			
V – ASPECTOS FINANCEIROS DA MINHA ESCOLA			
QUESTIONAMENTOS	SIM	NÃO	OBS:
A escola recebe recursos da Secretaria Estadual de Educação?			
A Escola recebe recursos de programas do Governo Federal? Quais?			
A aplicação dos Recursos é discutida e decidida pelo Conselho Escolar?			
Onde são empregadas as verbas recebidas pela escola?			
O Conselho Escolar está com a prestação de contas da aplicação dos recursos regularizada?			
O Conselho reúne-se periodicamente?			
As decisões são tomadas de forma coletiva e democrática, considerando a opinião de cada membro?			
São realizadas assembleias na sua escola?			

Existe Associação de Pais e Mestres na sua escola?			
Há membros representantes de todos os segmentos da escola (professores, alunos, pais, etc.)?			
Os Programas implantados em sua escola, tal como Mais Educação, estão funcionando na prática?			
Existe um Conselho Fiscal dentro do Conselho escolar eleitos por seus membros?			

VI – OUTRAS OBSERVAÇÕES

FICHA DE ACOMPANHAMENTO

Composição e Perfil da Gestão Atual do Conselho Escolar

Presidente	
Pessoa que responde na ausência do presidente (pode ser o vice-presidente, o secretário executivo ou outro cargo)	
Qual a composição e suas respectivas representações?	
Quando e como são feitas as reuniões?	
Quantos conselheiros titulares têm neste CE?	
Data Reunião	
Pauta	
Ata	
Membros Presentes	
Assuntos abordados	
Suas impressões e observações	
Data da próxima reunião do Conselho	

GUIA DO ALUNO CIDADÃO

Este GUIA irá subsidiar sua participação no Conselho Escolar, pois, contempla os possíveis assuntos que podem ser abordados durante as reuniões. Informe-se com o Conselho sobre os tópicos mencionados e posteriormente utilize-o para o seu acompanhamento. Fique atento quando os tópicos forem discutidos e registre os encaminhamentos dados às questões.

Gestão Financeira do Conselho Escolar

Categoria das despesas e receitas	
O Conselho escolar está adimplente com a prestação de contas?	
Quais as Fontes do Governo Federal que a escola recebe (PDE, PDDE).	
Quais os Programas Federais que a escola aderiu? (PDDE/Mais Educação, Atleta na Escola, Mais Cultura, etc.)	
Quais os recursos da Fonte Estadual que a escola recebe?	
Há algum Programa Estadual existente na escola?	
A escola recebe o Fundo Rotativo? (OUTROS, ETC.)	
A escola angaria outros recursos por meio de festividades, seminários, Gincanas, Competições, Doações? Como esse recurso é utilizado? É discutido no CE?	
Quem efetua o pagamento de Contas de água, luz e telefone (quanto é utilizado pela escola? É a escola que paga diretamente ou a Secretaria de Educação?)	
Como os recursos são utilizados nas Instalações, conservação e pequenos reparos?	
Quanto a Formação profissional, os recursos são utilizados nas formações de professores, técnico e administrativo? São recursos de qual fonte, isto é federal ou estadual?	
Os Materiais e equipamentos de apoio pedagógico são obtidos por meio de quais recursos? Quais deles são disponibilizados pelo governo federal (programas) e pelo governo estadual?	
o CE indica máquinas (Xerox, scanner) e equipamentos (data show) que a escola precisa adquirir?	
Como é realizado a prestação de contas?	
OUTROS	

GUIA DO ALUNO CIDADÃO

Gestão Pedagógica do Conselho Escolar

As Categorias aqui mencionadas o ajudarão a perceber se o Conselho escolar discute as questões pedagógicas, são elas: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica/IDEB, Taxas de rendimento, Projeto Político Pedagógico, Distorção e Aproveitamento, Avaliação, Ensino e Aprendizagem.	
Existe Projeto Político Pedagógico? Quem o Elaborou? Quando foi feito? É colocado em prática?	
Quais as taxas atuais de abandono, reprovação e aprovação da escola?	
Quais as disciplinas que os alunos mais reprovam?	
O CE tem a preocupação de discutir como os recursos podem ajudar no processo de aprendizagem dos alunos?	
O currículo desenvolvido na escola por meio das disciplinas ajuda-o a se desenvolver como um aluno mais participativo?	
Como as avaliações são realizadas?	
O Conselho Escolar está atento que a escola deve assegurar aos estudantes o direito à carga horária mínima anual de 800 horas, de 60 minutos cada.	
São discutidas nas reuniões do CE a maneira como os professores realizam as aulas?	
Existe distorção idade-série? Quais as séries que apresentam maiores índices?	
Qual o IDEB da escola? Tem atingido a meta? Se não tem conseguido o que tem feito para melhorar os indicadores educacionais?	
A escola aderiu a programas federais para melhorar o processo ensino aprendizagem?	
OUTROS	

GLOSSÁRIO

Custeio - Despesas de custeio são aquelas necessárias à prestação de serviços e à manutenção da própria escola;

Capital - Despesas de capital são aquelas que visam formar ou adquirir um bem que pode ser incorporado ao patrimônio da Secretaria);

PDE Escola- Programa de apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo e destinado a auxiliar as escolas públicas a melhorar a sua gestão (PDDE Interativo – endereço eletrônico: pdeinterativo.mec.gov.br). Há certa confusão a respeito da diferença entre o programa Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola) e o sistema PDDE Interativo. O PDE Escola é um programa do MEC que atende às escolas com baixo rendimento no IDEB, fomentando o planejamento estratégico e participativo com o propósito de auxiliá-las em sua gestão. O PDDE Interativo é a plataforma utilizada pelo PDE Escola, que permite a utilização da metodologia por todas as escolas públicas.

Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)- consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica, - Melhorar a infraestrutura física e pedagógica, a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse o reforço da autogestão escolar.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – Criado pelo Inep em 2007, representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios, possibilitando resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas.

Currículo - O currículo é o projeto que determina os objetivos da educação escolar e propõe um plano de ação adequado para a consecução de ditos objetivos. Supõe selecionar, de tudo aquilo que é possível ensinar, o que vai se ensinar num entorno educativo concreto. O currículo especifica o que, como e quando ensinar e o que como e quando avaliar.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – É responsável por captar e distribuir recursos financeiros e pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC).

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) - É uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral.

ORIENTAÇÕES SOBRE ALGUNS PROGRAMAS E RECURSOS

Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola)

Os recursos são repassados para as unidades de ensino das redes estaduais que aderiram ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e planejaram a implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola).

Devem ser usados, prioritariamente, em adaptações arquitetônicas e estruturais para assegurar a instalação e operação de laboratórios de informática distribuídos pelo Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo) e garantir acessibilidade aos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida.

Recursos do PDDE/Educação Integral (Mais educação)¹

O montante de recursos destinados a escola é repassado por intermédio do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE/Educação Integral, em conta bancária específica, aberta pelo FNDE, no banco e agência indicado no cadastro da entidade no sistema PDDEweb, em nome da Unidade Executora Própria (UEx/Conselho Escolar).

Assim devem ser utilizados:

Custeio:

Ressarcimento com as despesas de transporte e alimentação dos monitores responsáveis pelo desenvolvimento das atividades;

Aquisição dos materiais pedagógicos necessários às atividades, conforme os kits sugeridos;

Aquisição de outros materiais de consumo e/ou contratação de serviços necessários ao desenvolvimento das atividades de educação Integral.

¹ Manual Operacional De Educação Integral

Capital:

Aquisição de bens ou materiais, de acordo com os kits sugeridos, além de outros bens permanentes necessários ao desenvolvimento das atividades.

PDDE/Educação Integral/Relação Escola-Comunidade² (Para as escolas que aderirem a essa opção dentro do programa Mais Educação)

São repassados recursos do FNDE, de forma a garantir a abertura das escolas nos dois turnos dos finais de semana. As atividades poderão ser desenvolvidas aos sábados ou domingos, de acordo com as características de cada unidade escolar e sua comunidade no entorno. A escola tem que realizar a adesão por meio do PDDE Interativo, dentro do Plano de Atendimento do Programa Mais Educação. Para as escolas que participam pela primeira vez de ações aos finais de semana, será acrescido o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), na categoria econômica de **capital**, destinada à aquisição de materiais permanentes necessários ao desenvolvimento das atividades.

Custeio:

Ressarcimento com as despesas de transporte e alimentação dos voluntários da equipe local da escola que realizarão as atividades nos finais de semana;

Ressarcimento com as despesas de transporte e alimentação do supervisor das atividades nos finais de semana; e

Aquisição de materiais de consumo necessários ao desenvolvimento das oficinas e atividades nos finais de semana.

Capital:

Aquisição de bens ou materiais permanentes que contemplem necessariamente as atividades aos finais de semana, considerando que, os bens adquiridos, devem beneficiar, prioritariamente, duas ou mais atividades.

Na execução dos recursos de custeio, deve ser seguida a seguinte orientação:

20% a 30% do custeio valor total para compra de materiais necessários ao desenvolvimento das oficinas/atividades; e

70% a 80% do custeio para o ressarcimento dos voluntários.

² Resolução Nº 14, De 9 De Junho De 2014

PDDE EDUCAÇÃO INTEGRAL/MAIS EDUCAÇÃO PARA JOVENS DE 15 A 17 ANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Os desafios de uma *Política Nacional de Adequação Idade/Ano Escolar para Jovens de 15 a 17 Anos no Ensino Fundamental* são identificar e organizar propostas pedagógicas contemporâneas e adaptáveis às diferentes realidades das escolas públicas.

Formação de Turmas

Para a realização da atividade proposta (Projeto de Vida), cada turma deve ser formada por 15 estudantes e, de acordo com esse número, será calculado o valor de ressarcimento para o monitor tutor: R\$ 80,00 (oitenta reais), por turma. As turmas poderão ser de idades e séries variadas, conforme critérios a serem estabelecidos pelo monitor tutor, em parceria com o professor comunitário da escola.

Materiais de apoio à realização da atividade

Fica estabelecido o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para custeio e o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para capital com o objetivo de viabilizar a ação *Mais Educação para Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental*.

Sugere-se que os recursos disponibilizados na categoria econômica de *custeio* sejam utilizados para proporcionar aos estudantes a visita a espaços de aprendizagem fora da escola (museus, cinema, feiras ou mercados públicos, exposições, atividades culturais – música, artes visuais, teatro e dança – entre outros). Já os recursos disponibilizados na forma de *capital* poderão ser utilizados para a compra de equipamentos, tais como: dois *tablets* ou um *notebook* para uso compartilhado e registro de atividades; ou uma máquina fotográfica digital, dentre outros.

Ensino médio inovador³

O PDDE também repassará recursos para escolas públicas estaduais e distritais de ensino médio regular. Para que as unidades de ensino recebam a transferência financeira, as respectivas secretarias de educação precisam aderir ao Programa Ensino Médio Inovador e cadastrar os Planos de Ações Pedagógicas (PAP) das escolas pertencentes as suas redes no módulo do Sistema Integrado de Planejamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC). Caso os planos sejam aprovados pela Secretaria de Educação Básica do MEC (SEB), essas escolas passam a ser beneficiárias da ação.

Itens Financiáveis (DOCUMENTO ORIENTADOR)

³ RESOLUÇÃO Nº 3, DE 1º DE ABRIL DE 2010

Os recursos financeiros previstos serão destinados ao desenvolvimento de propostas curriculares no ensino médio regular, na forma especificada nos Projetos de Redesenho Curricular (PRC), devidamente aprovados pelos Comitês do Programa: Estadual e Distrital e poderão ser empregados em:

- Material de consumo necessário ao desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas;
- Locação de espaços físicos para utilização esporádica serviços e/ou contratação de serviços de infraestrutura, transporte, alimentação, hospedagem e demais despesas relacionadas à realização de eventos;
- Locação de equipamentos e/ou contratação de serviços de sonorização, mídia, fotografia, informática e outros relacionados à utilização esporádica de equipamentos específicos;
- Contratação de serviços de consultoria de Instituições de Ensino Superior para prestação de apoio técnico e gerencial necessário ao fortalecimento da gestão escolar e ao aperfeiçoamento profissional dos professores;
- Aquisição de materiais didáticos pedagógicos para o desenvolvimento das atividades de ensino e aperfeiçoamento profissional dos gestores e professores;
- Aquisição de equipamentos e mobiliários para o fortalecimento e apoio das atividades docentes e melhoria do ensino, como os destinados a laboratórios de ciências, informática, sistema de rádio-escola, cinema, mídia e outros relacionados à dinamização dos ambientes escolares;
- Aquisição de materiais e bens e/ou contratação de serviços relacionados às tecnologias disponíveis no “Guia de Tecnologias”³ atualizado; e
- Aquisição de materiais e bens e/ou contratação de serviços necessários à adequação dos ambientes escolares relacionados às práticas pedagógicas indicadas nos respectivos projetos;

Segundo a Resolução Nº 3, DE 1º DE ABRIL DE 2010:

Art. 2º A transferência de recursos financeiros do PDDE será realizada sem a necessidade de celebração de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere, nos termos facultados pela Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009, e destina-se à cobertura de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos que concorram para a garantia do funcionamento e melhoria da infraestrutura física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiários, devendo ser empregados:

- I – na aquisição de material permanente;
- II – na manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar;
- III - na aquisição de material de consumo;
- IV – na avaliação de aprendizagem;
- V – na implementação de projeto pedagógico; e
- VI – no desenvolvimento de atividades educacionais.

§ 1º É vedada a aplicação dos recursos do PDDE em:

- I – implementação de outras ações que estejam sendo objeto de financiamento pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);
- II – gastos com pessoal;
- III – pagamento, a qualquer título, a militar ou a servidor público, da ativa, ou a empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;
- IV – cobertura de despesas com tarifas bancárias; e
- V – dispêndios com tributos federais, distritais, estaduais e municipais quando não incidentes sobre os bens adquiridos ou produzidos e os serviços contratados para a consecução dos objetivos do programa.

§ 2º Os recursos do PDDE, liberados na categoria de custeio, poderão ser utilizados para cobrir despesas cartorárias decorrentes de alterações nos estatutos das Unidades Executoras Próprias (UEx) definidas na forma do inciso II, parágrafo único, do art. 3º, bem como as relativas a recomposições de seus membros, devendo tais desembolsos ser registrados nas correspondentes prestações de contas.